

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 538.392 - SP (2019/0302730-9)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE : **EDSON DE JESUS SANTOS**
ADVOGADO : **EDSON DE JESUS SANTOS - SP260984**
IMPETRADO : **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
PACIENTE : **SECK OMAR**
INTERES. : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de SECK OMAR apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (*habeas corpus n. 2191591-56.2019.8.26.0000*).

Depreende-se dos autos que o paciente foi, em primeiro grau de jurisdição, condenado à pena de 1 ano e 4 meses de reclusão, em regime inicial semiaberto, como incurso no crime previsto no art. 180, *caput*, do Código Penal, sendo-lhe negado o direito de recorrer em liberdade (e-STJ fls. 21/23).

Irresignada, a Defensoria Pública do Estado de São Paulo impetrou prévio *writ* no Tribunal de origem, ordem essa denegada em acórdão assim ementado (e-STJ fl. 68):

Habeas Corpus. Crime de receptação simples. Condenação prolatada. Pretensão de aguardar o julgamento de recurso em liberdade. Impossibilidade de recorrer em liberdade, dada em decisão fundamentada. Paciente revel. Ausência de constrangimento ilegal. Ordem denegada.

A defesa particular, posteriormente constituída pelo ora paciente, impetrou *writ*, o qual foi indeferido liminarmente (e-STJ fls. 53/55)

A apelação interposta pela Defensoria Pública ainda pende de julgamento pelo órgão competente (e-STJ fls. 38/44).

Daí o presente *writ*, no qual alega a defesa a possibilidade de o paciente recorrer em liberdade da decisão proferida em primeiro grau de jurisdição. (e-STJ fl. 5).

Requer, liminarmente e no mérito, o relaxamento da prisão do ora paciente.

Superior Tribunal de Justiça

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Ao examinar o trecho do acórdão proferido pelo Tribunal de origem, entendo que a fundamentação apresentada (quebra da fiança pelo não comparecimento à audiência de instrução e julgamento), embora demonstre o *periculum libertatis*, é insuficiente para a imposição da prisão cautelar ao paciente.

Como é cediço, a custódia cautelar é providência extrema, que, como tal, somente deve ser ordenada em caráter excepcional, conforme disciplina expressamente o art. 282, § 6º, do Diploma Processual Penal, segundo o qual "*a prisão preventiva será determinada quando não for cabível a sua substituição por outra medida cautelar (art. 319)*".

Consoante se extrai dos autos, o paciente possui condições pessoais favoráveis, o que lhe possibilitou, inclusive, responder a toda a fase acusatória da persecução penal em liberdade. Ressalte-se, ademais, que sua condenação foi de 1 ano e 4 meses por crime que não ostenta natureza violenta.

Assim, entendo ser suficiente a imposição de medidas alternativas à prisão, com base no art. 319 do Código de Processo Penal, a fim de garantir a ordem pública, a instrução criminal e a aplicação da lei penal.

Nesse sentido:

PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA ARMADA. ADULTERAÇÃO DE SINAL IDENTIFICADOR DE VEÍCULO AUTOMOTOR. PRISÃO PREVENTIVA. DESPROPORCIONALIDADE. ATUAÇÃO DE MENOR RELEVÂNCIA CONDIÇÕES FAVORÁVEIS. RELEVÂNCIA IN CASU. MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS. POSSIBILIDADE. 1. A validade da segregação cautelar está condicionada à observância, em decisão devidamente fundamentada, aos requisitos insertos no art. 312 do Código de Processo Penal, revelando-se indispensável a demonstração de em que consiste o

Superior Tribunal de Justiça

periculum libertatis.

2. Conforme magistério jurisprudencial do Pretório Excelso, "a necessidade de se interromper ou diminuir a atuação de integrantes de organização criminosa enquadra-se no conceito de garantia da ordem pública, constituindo fundamentação cautelar idônea e suficiente para a prisão preventiva" (STF, Primeira Turma, HC n. 95.024/SP, relatora Ministra Cármen Lúcia, DJe 20/2/2009).

3. Entretanto, a constatação de que se trata de atuação de organização criminosa não justifica a imposição de prisão preventiva sem a demonstração de fatos concretos suficientes para ensejar a cautelar extrema.

4. No caso em tela, a despeito de o decreto prisional afirmar que o paciente seria membro de associação criminosa armada especializada na prática de roubos, receptação e adulteração de sinal identificador de veículo automotor, a sua atuação se restringe a confeccionar placas de veículos, o que não demonstra periculosidade concreta exacerbada, mormente se consideradas as condições pessoais favoráveis.

5. Assim, as particularidades do caso demonstram a suficiência, adequação e proporcionalidade da imposição das medidas menos severas previstas no art. 319, em atenção ao preceito de progressividade das cautelas disposto no art. 282, §§ 4º e 6º, todos do Código de Processo Penal, aliado ao fato de o delito não ter sido cometido mediante emprego de violência ou grave ameaça. 6. Ordem concedida para substituir a prisão preventiva por medidas cautelares diversas a serem fixadas pelo Juiz singular.

(HC 487.184/RS, MINHA RELATORIA, SEXTA TURMA, julgado em 27/08/2019, DJe 06/09/2019)

Essas considerações analisadas em conjunto levam-me a crer ser desproporcional a imposição da prisão preventiva, revelando-se mais adequada a imposição de medidas cautelares alternativas, em observância à regra de progressividade das restrições pessoais, disposta no art. 282, §§ 4º e 6º, do Código de Processo Penal, ao determinar, **expressa e cumulativamente**, que, **apenas em último caso**, será decretada a custódia preventiva e ainda quando não for cabível sua substituição por outra cautelar menos gravosa.

Na espécie, insta salientar que a instância de origem, por estar próximo aos fatos, possui mais condições de decidir quais medidas são adequadas ao paciente.

Ante o exposto, **defiro, em menor extensão, a liminar para** substituir a prisão preventiva de SECK OMAR por outras medidas cautelares constantes do art. 319 do Código de Processo Penal a serem definidas pela instância de origem.

Superior Tribunal de Justiça

Comunique-se, com urgência, ao Tribunal impetrado, encaminhando-lhe o inteiro teor da presente decisão. Ressalte-se que deverá noticiar a esta Corte Superior qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto desta impetração.

Oportunamente, dê-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 08 de outubro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator

